

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

PAULA CAROLINA MILANI EGEA

**EDUCAÇÃO INTEGRAL: o Programa Mais Educação na rede
municipal de Maringá (2009-2011).**

MARINGÁ
2012

PAULA CAROLINA MILANI EGEA

EDUCAÇÃO INTEGRAL: o Programa Mais Educação na rede municipal de Maringá (2009-2011).

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá – UEM, como parte das exigências para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Ms. Natalina Francisca Mezzari Lopes.

MARINGÁ

2012

PAULA CAROLINA MILANI EGEA

EDUCAÇÃO INTEGRAL: o Programa Mais Educação na rede municipal de Maringá (2009-2011).

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá – UEM, como parte das exigências para obtenção do título de Pedagoga, sob a orientação da Profa. Ms. Natalina Francisca Mezzari Lopes.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Ms. Natalina F. Mezzari Lopes
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Prof^a Dr^a Ângela Mara de Barros Lara
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Prof^a Ms. Suzana Pinguello Morgado
(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Paulo e Ivone e a minha irmã Isabela, que sempre acreditaram no meu potencial e estiveram a todo momento ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à Deus por ter me dado forças para continuar nos momentos em que pensei estar tudo acabado.

Agradeço aos meus pais, que sempre souberam me compreender e me ampararam em todos os momentos de minha vida inclusive a vida acadêmica, que souberam compreender os meus anseios e dificuldades, e me amaram e amam incondicionalmente. Também a minha irmã Isabela, que a seu modo também me ajudou a estar aqui hoje.

Não posso esquecer do meu namorado Valter, que também esteve ao meu lado nos últimos dois anos e meio do curso, que soube me compreender e me apoiar nas dificuldades e me deu muitas broncas pelos trabalhos deixados pra fazer na última hora, sorriu comigo nas alegrias como esta de estar concluindo o curso de Pedagogia.

Agradeço a todos os meus familiares que direta ou indiretamente me apoiaram e me ajudaram a conquistar esta vitória.

Obrigada aquelas que estiveram ao meu lado nestes quatro anos de universidade, às amigas de sala, obrigada pelas experiências compartilhadas, pelas discussões e por cada uma de vocês, pois sem vocês esta experiência não seria tão maravilhosa como foi.

Agradeço à uma pessoa em especial, a você Sirlei que desde o primeiro dia de aula esteve ao meu lado, e agora neste ultimo ano de caminhada esteve ainda mais próxima de mim, obrigada pelas conversas até altas horas da noite, pelas lágrimas e pelos sorrisos compartilhados, dizem que os amigos são a família que Deus nos permitiu escolher, então você é a irmã mais velha que eu não tenho.

Não poderia esquecer de agradecer a todos os professores que passaram pela minha vida, e principalmente à minha querida orientadora Natalina Mezzari Lopes, muito obrigada pela compreensão e por ter compartilhado um pouquinho do que sabe comigo, pode ter a absoluta certeza de que aprendi muito com você.

À minha família constituída na escola Olga Aiub: Soraia, Maria de Fátima, Cristina, Simone, Valéria, Soeli, Vanilce , Celso, Georgina, Karen, Gisele, Sol ... e a todos que estiveram comigo nestes quase dois anos em que realizei o estágio na escola, que foi o que despertou o interesse por meu tema de pesquisa.

O sentimento de alegria neste momento se mistura com um aperto no coração, pois ao escrever estas palavras estou de uma certa forma me despedindo de tudo isso que foi à Universidade, de todos que fizeram parte deste caminho. Mas espero que muito do que foi

construído aqui continue para sempre, as amizades, as aprendizagens e as experiências vividas.

“A escola fundamental vem sendo instada, nos últimos anos, a assumir responsabilidades e compromissos educacionais bem mais amplos do que a tradição da escola pública brasileira sempre o fez”.

Ana Maria Cavaliere.

EGEA, Paula C. M. **EDUCAÇÃO INTEGRAL: o Programa Mais Educação na rede municipal de Maringá (2009-2011).** Artigo (Trabalho de Conclusão de Curso). UEM – Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2012.

EDUCAÇÃO INTEGRAL: o Programa Mais Educação na rede municipal de Maringá (2009-2011).

Paula Carolina Milani Egea¹

Prof^a Ms. Natalina F. Mezzari Lopes²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo abordar a temática da educação integral, como política pública, apresentada através do Programa Mais Educação proposto pelo Governo Federal a partir de 2007, bem como situar sua organização e desenvolvimento no município de Maringá – PR (2009 – 2011). Compreendemos que entender o funcionamento e a implantação de programas como o Mais Educação é colocar em evidência a forma como a sociedade se propõe a enfrentar os problemas que afetam diretamente o seu desenvolvimento cultural e de integração social no contexto de internacionalização política. Inicialmente foram apresentadas algumas considerações sobre política pública e sua relação com a gestão. Em seguida, recuperou-se a partir da década de 1930 fatores que marcaram na história da educação a necessidade de ampliação de atendimento da criança na escola. E por fim, apresentou-se o Programa Mais Educação e a sua implantação no município de Maringá.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Educação Integral; Programa Mais Educação.

INTEGRAL EDUCATION: “Mais Educação” Program for city education network in Maringá (2009-2011).

Abstract: This study aims to approach integral education matters as a public policy presented through “Mais Educação” Program proposed by Federal Government in 2007 as well as placing such program organization and development in the city of Maringá – PR (2009 – 2011). Firstly some thoughts on public policy and management were brought forward, followed by remarkable factors concerning education history and the need to enlarge childhood education in schools and, finally “Mais Educação” Program and the implementation experience in Maringá. We understand that to implement and work with programs such as “Mais Educação” is to highlight the way society is willing to face problems directly affecting cultural development and social integration in a political internationalization.

¹Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá. Email: paula.cmegea@gmail.com.

² Prof^a. do Departamento de Fundamentos da Educação – DFE da Universidade Estadual de Maringá – UEM, e orientadora deste estudo. Email:natalinamezzari@hotmail.com.

Keywords: Education policies; full time schooling; Additional Education Program (Programa Mais Educação)

Apresentação Inicial

A Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, na Tailândia, em 1990, constituiu-se como um marco direcionador do planejamento e efetivação de políticas educacionais no mundo inserindo-se nas agendas dos distintos governos. O principal eixo da Declaração foi a defesa do acesso e permanência na Educação Básica, por meio da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de crianças jovens e adultos provenientes de diferentes grupos e culturas.

A partir de 1990, a dinâmica do planejamento conduzida pelos órgãos governamentais acentua a educação como meio de inclusão social, sugerindo novas oportunidades sociais, demandando diferentes políticas públicas e sociais nas diferentes esferas (Federal, Estadual e Municipal). O que tem se observado é que as políticas sociais, entre elas a educação, têm como estratégia o combate à pobreza, à exclusão social e à marginalização cultural, o desenvolvimento sustentável, a ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade.

Essas políticas têm sido apresentadas através de programas, como é o caso do Programa da Merenda Escolar, Bolsa Família³ e o mais recente, o Programa Mais Educação como forma de educação em tempo integral. Estudiosos⁴ tem demonstrado que a educação em tempo integral na nossa sociedade é cada vez mais necessária pelas exigências da organização econômica, que requerem carga horária de trabalho de todos da família para atender as necessidades básicas de sobrevivência, não tendo tempo para atender os filhos menores de idade. Neste sentido, pensar as formas de educação ofertadas em nossa sociedade precisa ser um compromisso de todos, para todos.

³ O Bolsa Família unificou, no ano de 2003 os benefícios sociais do antigo programa Fome Zero (2002): o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás do Governo Federal em um único programa.

⁴ Como Ana Maria Cavaliere e Vitor Henrique Paro.

Diante dessas considerações iniciais o presente trabalho tem por objetivo abordar a temática da educação integral, como política pública, apresentada através do Programa Mais Educação proposto pelo Governo Federal a partir de 2007, bem como situar sua organização e desenvolvimento no município de Maringá – PR (2009 – 2011). Compreendemos que entender o funcionamento e a implantação de programas como o Mais Educação é colocar em evidência a forma como a sociedade se propõe a enfrentar os problemas que afetam diretamente o seu desenvolvimento cultural e de integração social no contexto de internacionalização política.

Considerações sobre Políticas Públicas

A Educação Integral no Brasil precisa ser entendida como uma política pública a qual é constituída a partir de necessidades e demandas específicas da sociedade. Apesar da política ser imperativa do Estado, ela faz parte de um contexto de luta e de tomada de decisões conduzida por vários objetivos e interesses, sejam eles econômicos ou sociais. Carvalho (2012), nos explica que política:

[...] é um conceito amplo, relativo ao poder em geral e a um processo de tomada de decisão a respeito de prioridades, metas e meios para alcançá-las. É imperativo ao Estado fazer escolhas quanto à área em que irá atuar, porque e como atuar (p. 27, 2012).

As políticas são escolhas que representam direcionamento de ações e que podem ser mudadas conforme forças que se contrapõem. Conforme afirma Carvalho “políticas são um resultado provisório, do processo de negociação entre grupos e forças econômicas, sociais e políticas potencialmente conflitantes” (CARVALHO, 2012, p.31).

Magda Santos (2012) nos ajuda compreender o significado de políticas públicas como processo de negociação, que se modificam constantemente sendo diferentes em cada contexto cultural conforme as influências da organização mundial da nossa sociedade, os interesses de quem está no governo e as necessidades de luta da população.

[...] as políticas estão sempre em processo de construção, de vir a ser, pois são fruto de múltiplas leituras de mundo, realizadas por diferentes atores sociais que estão inseridos num contexto contínuo

de interpretações e reinterpretações de mundo, não podendo, portanto, ser analisadas somente como procedimentos de produção e implementação (alguém que pensa e alguém que executa) (SANTOS, 2012, p. 03).

A formulação e a efetivação das políticas públicas não se concretizam de modo objetivo como é projetada. Uma política é formulada e implementada num processo contínuo de modificações e interferências, das relações (econômicas) que geraram a necessidade de sua existência. As políticas “ são procedimentos que vão acontecendo ao longo do processo, e que sofrem modificações e interferências dos diferentes setores envolvidos”(SANTOS, 2012, p.03).

Em relação às políticas educacionais, os encaminhamentos não são diferentes. Santos (2012) afirma que estas foram criadas e modificadas segundo as exigências da organização e desenvolvimento da sociedade de cada época: “As mudanças econômicas que ocorreram no mundo geraram um modelo de sociedade, em que a formação educacional é tida como elemento estratégico para garantir o desenvolvimento” (SANTOS, 2012, p.6).

Carvalho (2012), nesta mesma direção, contribui dizendo que “ [...] a política educacional revela, em cada época histórica, os anseios e demandas sociais quanto à educação, bem como o projeto social ou político que se quer concretizar por meio das ações do Estado” (2012, p.29).

O entendimento até aqui apresentado indica para o que afirma Santos (2012) que as políticas educacionais podem ser promotoras de mudanças quando visam a inclusão e permanência das crianças e adolescentes nas escolas.

[...] as novas políticas educacionais introduzem alterações significativas nos contextos educacionais nos quais são implementadas, uma vez que propõem medidas que enfatizam a “importância” da instituição escola procurando a permanência dos estudantes nesta instituição (SANTOS, 2012, p.10) .

É importante destacar que nenhuma política é neutra, ou seja, toda política tem a interferência de algum grupo social, seja ele qual for, e estas são criadas para amenizar os conflitos existentes na sociedade. Por outro lado, a referida autora chama atenção para as possibilidades de colocar as políticas públicas em favor dos interesses da minoria. Assim a autora explicita este entendimento:

Ainda que a concepção de educação defendida por estas propostas não apresente alternativas de transformação da sociedade e emancipação das classes populares, observa-se que em sua implementação assumem características diversas, de acordo com as singularidades históricas dos grupos envolvidos com as mesmas (SANTOS, 2012, p.10).

Ao considerarmos as singularidades dos grupos envolvidos remetemos, ao que defende Vieira (2007), à compreensão de que podemos encontrar políticas educacionais não somente no nível do Governo Central, mas nas demais instâncias (estadual, municipal) incluindo a escola. Afirma ainda que “a escola nesta perspectiva não se reduz ‘a um mero reverso das políticas’, mas antes se configura como um espaço de reconstrução e de inovação, oferecendo elementos para a formulação de novas políticas (VIEIRA, 2007, p.57)”.

Não é fácil a escola agir diante de políticas tão articuladamente construídas através de um longo percurso histórico. Em relação às políticas públicas para a infância no Brasil Moreira e Lara (2012) destacam, as suas raízes históricas, do final do século XIX que utilizando-se de Rizzini (1997, p. 78) demonstram “[...] que no período do capitalismo internacional a criança foi o fulcro para o empreendimento da moralização da pobreza, pois as condições dos pobres eram interpretadas como um problema de ordem moral e social”. As autoras demonstram que no Brasil República a discussão sobre a infância não avança em termos educacionais. Ela foi marcada historicamente de forma contraditória. Para Moreira e Lara “as propostas foram ambíguas desde sua origem institucional, predominando a concepção educacional assistencialista, preconceituosa em relação à pobreza e descomprometida com a qualidade do atendimento” (MOREIRA e LARA, 2012, p. 83).

A Educação Integral, como parte da história da Educação Infantil, é uma política pública criada no contexto e contradições das necessidades do desenvolvimento econômico e sociais, tanto que no documento orientador propõe-se a promover a transformação da sociedade e ao mesmo tempo transfere a responsabilidade a todas as instâncias político- administrativas, incluindo a escola.

Reverendo percurso da educação integral no Brasil

Ao falarmos sobre educação Integral, não podemos deixar de citar um dos mais importantes pensadores e defensores desta modalidade de ensino no Brasil,

que foi Anísio Teixeira⁵. Recorremos a Cavaliere (2010) que apresenta o referido autor em sua luta apaixonada pela educação para a cidadania, defendendo a necessidade do aumento da jornada escolar. Assim escreve a autora:

As bases de uma concepção de educação escolar que alcançasse áreas mais amplas da cultura, da socialização primária, da preparação para o trabalho e para a cidadania estavam presentes desde os primórdios do percurso de Anísio Teixeira como pensador e político. Essa concepção foi sendo desenvolvida e aperfeiçoada por toda a sua obra e envolveu diversos elementos, entre eles a sua permanente defesa do aumento da jornada escolar discente nos diferentes níveis de ensino (CAVALIERE, 2012, p.250).

Em 1932 o termo Educação Integral fez parte do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, escrito por 26 intelectuais⁶, incluindo Anísio Teixeira, propondo a renovação educacional do país. Porém, o discurso ainda não era por uma ampliação do tempo de permanência nas escolas, mas sim por uma *educação integral* no sentido de desenvolver o indivíduo integralmente, para que assim possa desenvolver sua função social, sendo dever do Estado tal formação ao indivíduo. Encontramos no Manifesto dos Pioneiros (1932) a seguinte passagem:

[...] do direito de cada indivíduo à sua educação integral decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais (MANIFESTO DOS PIONEIROS, p. 43).

Como afirma Cavaliere (2010) o texto trata também de “formação integral das novas gerações”, “sugerindo a criação de instituições *periescolares* e *postescolares*, com caráter educativo ou de assistência social, devendo ser incorporadas nos sistemas de organização escolar” (2010, p. 253).

⁵ Anísio Teixeira (1900- 1971), realizou viagens pedagógicas aos Estado Unidos por volta dos anos 1927, onde iniciou-se no pensamento de Jhon Dewey (1859-1952). Após o retorno ao Brasil, passou a desenvolver, gradativamente, com base no pragmatismo americano, uma concepção de educação escolar ampliada, que, ainda hoje, ecoa no pensamento e nos projetos educacionais que buscam o aprofundamento no caráter público da educação escolar (CAVALIERE, 2010).

⁶ Fernando de Azevedo, Afranio Peixoto, A. de Sampaio Doria, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venancio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Arminda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes.

Sobre a ampliação da jornada escolar, no livro “Educação não é privilégio”, Anísio Teixeira (1994) defende a necessidade do *dia integral*:

[...] não se pode conseguir essa formação (integral) em uma escola por sessões, com os curtos períodos letivos que hoje tem a escola brasileira. Precisamos restituir-lhe o dia integral, enriquecer-lhe o programa com atividades práticas, dar-lhe amplas oportunidades de formação de hábitos de vida real, organizando a escola como miniatura da comunidade, com toda a gama de suas atividades de trabalho, de estudo, de recreação e de arte (ANÍSIO TEIXEIRA, p. 63).

Após a ditadura do Governo Vargas (1937-1945), Anísio Teixeira torna-se secretário da Educação e da Saúde de Brasília, concretizando seus ideais de educação integral no ano de 1950 com a implementação do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, que segundo Cavaliere:

[...] tinha capacidade para quatro mil alunos, que lá permaneciam de 7h30 às 16h30. Anísio Teixeira pretendia construir ao todo nove Centros como esse, que lembrariam uma universidade infantil e ofereceriam às crianças um retrato da vida em sociedade (2010,p.256).

Na década de 1960, a educação integral aparece no Plano Nacional de Educação (1962)⁷, que foi construído por decorrência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, promulgada em 1961, o qual apresentava como meta, a defesa do *dia completo* e a *extensão do dia letivo* que:

[...] tinha entre suas metas qualitativas a instauração do dia completo para as duas últimas séries do ensino primário (ampliado então para seis anos). As 5ª e 6ª séries deveriam incluir em seu programa o ensino das artes industriais. O mesmo plano propunha ainda, para o ensino médio, o estudo dirigido e a extensão do dia letivo para seis horas de atividades, compreendendo estudo e práticas educativas. O ensino superior deveria contar com pelo menos 30% de alunos e professores de tempo integral (CAVALIERE, 2010,p.257).

No contexto de luta em defesa da sociedade democrática e da escola pública de qualidade (anos 1980), é retomada a ideia da educação integral com Darcy Ribeiro, seguidor dos ideais de Anísio Teixeira. Segundo Cavaliere e Mauricio, Darcy

⁷ O primeiro Plano Nacional de Educação teve como relator Anísio Teixeira, elaborado na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961. Ele não foi proposto na forma de um projeto de lei, mas apenas como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciativa essa aprovada pelo então Conselho Federal de Educação (BRASIL, PNE, 2000).

Ribeiro “[...] formula uma concepção de escola pública de horário integral profundamente marcada pelas ideias de seu mestre” (2012, p.4). Neste contexto foram fundados os Centros Integrados de Educação Pública - CIEP's no Rio de Janeiro⁸.

A proposta pedagógica do CIEP se dava em torno da articulação educação, saúde e cultura. A escola era pensada como um centro de dinamização cultural, que promoveria o diálogo dos conhecimentos dos alunos e da comunidade com aquele que será sistematizado através das atividades pedagógicas escolares (MONTEIRO⁹, 2002 apud CAVALIERE; MAURÍCIO, 2010, p.4).

Porém os centros de educação integral não tiveram uma continuidade, foram perdendo-se ao longo dos anos, por motivos que tinham na base da crítica e dos problemas a falta de recursos financeiros, que conforme citados por Maurício e Cavaliere os CIEP's:

Foram criticados com base nos argumentos da falta de recursos para a sua universalização, dos perigos do assistencialismo ou da inadaptação dos jovens e das famílias ao horário integral. Tais argumentos, acrescidos de contextos político-partidários que levaram ao descaso com o patrimônio público e à indiferença com a expectativa da população resultaram em prédios abandonados, escolas sem professores, alunos sem oportunidades (2011, p.3).

Após este processo histórico a Educação Integral passa a ser defendida em toda a década de 1980, especialmente no período de elaboração da Constituição Federal de 1988, até ser incorporado pelas políticas nacionais de educação em meados dos anos 90 do século XX, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 1996).

Na Constituição Federal de 1988 a defesa é da educação integral e não da educação em tempo integral. Conforme o artigo 205 da Constituição Federal:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando

⁸ Leonel Brizola foi governador do Rio de Janeiro durante no período de 1983 -1987, o qual implantou a educação em tempo integral .

⁹ MONTEIRO, Ana Maria. A formação de professores nos CIEPs: a experiência do Curso de Atualização de Professores para Escolas de Horário Integral no Estado do Rio de Janeiro – 1991-1994. In COELHO, L.M. e CAVALIERE, A.M. (orgs) Educação Brasileira e(m) Tempo Integral. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, Art. 205, p.34).

Observamos que a educação é um processo amplo de “pleno desenvolvimento” que envolve a família e toda a sociedade. No entanto, ao tratarmos da educação escolar a responsabilidade é do Estado que por meio de políticas deve promover ações para o desenvolvimento dos cidadãos. Nesse aspecto considerando uma necessidade social acredita-se que a *escola em tempo integral* é uma das possibilidades de dar conta deste desenvolvimento, conforme é possível observar:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996, p.31).

Com o propósito de atender a demanda social o Governo Federal a partir de 2001 inicia uma série de medidas voltadas para a formação da criança incluindo a educação em tempo integral. Marcadamente, o Plano Nacional de Educação - PNE¹⁰ (2001), reafirma a importância do tempo integral, incluindo metas destinadas ao ensino obrigatório e a ampliação progressiva da jornada escolar. Para Leandro e Francisco (2010), tais metas buscam expandir a escola de tempo integral, na qual deverá pelo menos abranger um período de sete horas diárias, cuja finalidade é a erradicação do analfabetismo.

O que pode ser observado é que no PNE/2001 a educação de tempo integral, vem sendo justificada fundamentalmente como necessidade de diminuir as desigualdades sociais. A oportunidade de aprendizagem está em segundo plano como podemos identificar nos objetivos propostos para a ampliação da jornada escolar para o turno integral:

O atendimento em tempo integral, oportunizando orientação no cumprimento dos deveres escolares, prática de esportes, desenvolvimento de atividades artísticas e alimentação adequada, no

¹⁰ Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Vigora desta data até o ano de 2011.

mínimo em duas refeições, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem (BRASIL, 2001, p. 23).

A partir de 1996, a nova organização do financiamento da educação pautada no FUNDEF¹¹ introduz novas possibilidades de atender aos dispositivos legais, no entanto atende somente o ensino fundamental. Após luta constante especialmente de entidades organizadas como UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), CONSED (Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação) e Confederação dos Trabalhadores em Educação o FUNDEF ampliou o grupo de atendimento sendo caracterizado como Fundo de Manutenção para a Educação Básica - FUNDEB¹², no qual foram incorporadas a este grupo as diversas modalidades de educação como: educação no campo, educação indígena, educação especial, a escola fundamental de ensino integral, entre outras modalidades de ensino.

Diante do cenário delineado pelas atuais políticas econômicas e sociais do país, tem-se ampliado a necessidade da educação em tempo integral para atender à demanda social por formação das crianças. O governo federal através do Programa Mais Educação, tenta dar conta de atender esta demanda social.

O Programa Mais Educação

O Programa Mais Educação foi instituído em abril de 2007, em meados do segundo mandato do Governo do Presidente Lula¹³, por meio de Portarias Interministeriais¹⁴ firmadas entre os Ministérios da Educação (MEC), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Esporte (ME) e da Cultura (MINC) e fomentado pelos Programas Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o

¹¹ Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, Lei n. 9424 de 26 de dezembro de 1996 .

¹² Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007, Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

¹³ Luiz Inácio Lula da Silva foi presidente do Brasil em dois mandatos: 2003-2006 e 2007-2010.

¹⁴ Portaria normativa Interministerial nº 17 de 24 de Abril de 2007.

Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O programa Mais Educação tem como objetivo “fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contra turno escolar” (BRASIL, 2007, p.1). Conforme o parágrafo único do primeiro artigo o programa será implementado por meio:

[...] do apoio a realização, em escolas e outros espaços socioculturais, de ações sócio-educativas no contra turno escolar, incluindo os campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer, mobilizando-os para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e a formação para a cidadania, incluindo perspectiva temática dos direitos humanos, consciência ambiental, nova tecnologias, comunicação social, saúde e consciência corporal. Segurança alimentar e nutricional, convivência e democracia, compartilhamento comunitário e dinâmicas de redes (BRASIL, 2007, p.1).

Segundo a Portaria Governamental n.17/2007 o programa além dos objetivos anteriores tem como finalidades, oferecer a educação em tempo integral através de atividades a serem realizadas no contra turno escolar. Como já assinalado no PNE, o programa visa reduzir a evasão escolar, a reprovação, o analfabetismo através da implementação de ações pedagógicas para a melhoria das condições de aproveitamento e rendimento escolar. E, também, a prevenção e combate ao trabalho infantil, exploração sexual, e outras formas de violência de crianças e adolescentes. O caderno “Rede de Saberes Mais Educação” publicado em 2009 pelo MEC nos aponta o objetivo do Programa Mais Educação:

Parte constitutiva do PDE, o programa Mais Educação [...] objetiva a implementação de educação integral a partir da reunião dos projetos sociais desenvolvidos pelos ministérios envolvidos – inicialmente para estudantes do ensino fundamental nas escolas de baixo Ideb (MEC, p. 13).

O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar melhor o seu trabalho: focalizar sua energia, assegurar que sua equipe trabalhe para atingir os mesmos objetivos e avaliar e adequar sua direção em resposta a um ambiente em constante mudança.

Para orientar a execução do Programa Mais Educação o MEC lançou um caderno intitulado “Programa Mais Educação Passo a Passo”(2009). Nesse caderno o MEC orienta quanto a seleção dos alunos que serão atendidos, e elenca como prioridade diminuir as desigualdades educacionais por meio do atendimento integral pela escola conforme critérios nominados a seguir:

- estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência;
- estudantes que congregam seus colegas – incentivadores e líderes positivos (âncoras);
- estudantes em defasagem série/idade;
- estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º / 5º anos), nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase;
- estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono;
- estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência (BRASIL, MEC, 2009, p.13).

O Programa funciona por meio de oficinas ministradas no contraturno escolar por professores, educadores populares, estudantes e agentes culturais (monitores, estudantes universitários). Oficinas estas que devem estar dentro dos macrocampos estipulados pela secretaria de educação, sendo eles: acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; educomunicação; investigação no campo das ciências da natureza; educação econômica (BRASIL, MEC, 2009, p.9). As escolas podem escolher as oficinas ministradas no contraturno, que como afirmado anteriormente precisam atender aos critérios apresentados pelo MEC.

No que se refere aos espaços a serem ocupados por estas oficinas, o programa não prevê a ampliação das escolas e, sim, a busca de espaços alternativos onde possam ser desenvolvidas. Nos cadernos do Mais Educação (2009), tem-se exemplos destes lugares, são eles: o pátio da escola, a biblioteca, a sala de leitura, as salas de uma igreja ou centro comunitário, o pátio do corpo de bombeiros, museus, parques, etc.

Outro dado importante é de que as próprias escolas “selecionam os profissionais, que são coordenados pelo professor comunitário que é um professor efetivo da rede de ensino, atuando com 40 horas semanais” (CAVALIERE e MAURÍCIO, 2011, p. 9). Em outras palavras, quem trabalha com o programa não são professores do quadro de funcionários das Secretarias de Educação ou da Ação

Social. O programa deve contar com profissionais contratados provisoriamente, em sua maioria estagiários, e através de parcerias, que são sugeridas com a comunidade, empresas, Organizações não Governamentais – ONG's e outros segmentos sociais para que com seu auxílio ocorra o desenvolvimento das atividades. Essas parcerias devem estar de acordo com a Lei do Voluntariado¹⁵.

O Mais Educação recebe apoio financeiro do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE¹⁶, que se destinam:

[...] a) ao ressarcimento de despesas de alimentação e transporte de monitores; b) à contratação de pequenos serviços e aquisição de materiais de consumo; e c) à aquisição de kits de materiais definidos neste manual (BRASIL, 2009, p.2).

Este apoio financeiro está direcionado às escolas públicas das redes municipais, estaduais e do Distrito Federal. Como este recurso é direcionado também ao pagamento das despesas com monitores e compras de material pedagógico, o valor destinado a cada monitor por turma, segundo o programa é:

Tabela 1 - Valores destinados a cada monitor por turma em reais.

Número de Turmas	Valor do Ressarcimento (R\$)
1	60,00
2	120,00
3	180,00
4	240,00
5	300,00

Fonte: FNDE

Para a cobertura das despesas com a contratação de serviços e aquisição de materiais pedagógicos deverão ser considerados os intervalos de classe do número de alunos a serem beneficiados com Educação Integral e os correspondentes

¹⁵ Lei nº 9.608, de 18 de Fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras disposições.(BBRASIL, 1998,p. 1).

¹⁶ Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público (FNDE).

valores mensais vezes 6 (seis) meses, liberados em uma só parcela conforme apresentados na tabela a seguir:

Tabela 2 – Valores disponíveis para a contratação de serviços e aquisição de materiais pedagógicos.

Intervalo de Classes e número de Alunos	Valor do Repasse em Custeio (R\$)
Até 500	500,00
501 a 1.000	1.000,00
1.001 a 1.500	1.500,00
1.5001 a 2.000	2.000,00
Acima de 2.000	2.500,00

Fonte: FNDE

Já para as despesas com alimentação o PDDE destina 0,90 centavos de real por aluno matriculado no Programa Mais Educação, o dobro do que é destinado à alunos que frequentam somente o ensino regular, pois ao alunos atendidos em tempo integral nas escolas geram duas matrículas no sistema de ensino, uma para cada período. Sendo este valor no caso das escolas municipais complementado pelos municípios. A seguir apresentaremos a implementação do Programa Mais Educação na rede municipal de ensino de Maringá-Pr, a partir do ano de sua implementação em 2009 até 2011.

A implantação do Programa Mais Educação na rede municipal de ensino do município de Maringá

O município de Maringá, no Estado do Paraná no ano de 2009 com apoio do Sistema Federação das Indústrias do Paraná – FIEP, Serviço Social da Indústria - SESI e Serviço Social do Comércio – SESC implantou o Programa Mais Educação em duas escolas da rede municipal de ensino. Inicialmente foram contempladas com o programa as escolas Nadyr Maria Alegretti, localizada no Parque das Grevílias e a escola Mariana Viana Dias, no conjunto Itaparica, atendendo no total cerca de 500 alunos, aproximadamente 250 alunos em cada escola (do primeiro ao quinto ano escolar).

No ano de 2010 o programa ampliou o atendimento para cerca de 2 mil alunos em oito unidades de ensino abrangendo várias regiões da cidade, sendo a

maioria destas localizadas em bairros periféricos da cidade onde as crianças encontram-se em situação de vulnerabilidade às drogas, à exploração sexual etc.

Segundo consta no Projeto Piloto¹⁷ do Programa Mais Educação da prefeitura de Maringá - apresentado no ano de 2009 - , o objetivo geral do programa é:

Ampliar as possibilidades de aprendizagem dentro e fora da sala de aula, considerando o contexto onde está inserida a comunidade escolar através de ações pedagógicas diversificadas que auxiliarão os educandos na jornada escolar (turno e contraturno), na aquisição de conhecimentos que a sociedade vai lhes exigir, seja nas séries seguintes, ou no mercado de trabalho (MARINGÁ, 2009, p.2).

O Projeto Piloto amparado nas *bases legais* da Portaria normativa interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, apresenta como metodologia para a execução do Programa nas escolas a Teoria Histórico Crítica¹⁸, uma vez que é a proposta pedagógica utilizada pela Secretaria Municipal de Educação. Esta proposta destaca o professor como um mediador da aprendizagem da criança atuando na Zona de Desenvolvimento Proximal de seu aluno.

Quanto ao planejamento das atividades o Projeto Piloto de Maringá, apresenta especificidades em relação ao programa geral. No regulamento do programa de Maringá encontramos:

[...] deverá conter atividades na perspectiva histórico crítica para facultar ao aluno aprendizagem significativa adversa a memorização mecânica e automática. [...] A leitura, a produção textual e a matemática terão destaque no cronograma semanal com o firme propósito de qualificar a aprendizagem (MARINGÁ, 2009).

Podemos observar que diferentemente do Projeto Federal, este tem uma maior preocupação com os aspectos educacionais, porém o que se observa nas escolas é a mesma visão do Projeto Federal. Primeiro suprir as necessidades sociais (alimentação, material escolar, cuidado com as crianças no contraturno escolar, entre outros) para depois preocupar-se com os aspectos educacionais.

¹⁷ Projeto a ser testado, um modelo a ser seguido posteriormente após avaliações de seus resultados e realização de melhorias. No caso do Projeto Piloto do Mais Educação de Maringá, foi elaborado pela SEDUC, SESC, SESI e FIEP, para atender uma preocupação da atual gestão (Sílvia Barros, 2006-2009 / 2009-2012), que era a situação de vulnerabilidade que se encontravam as crianças de alguns bairros da cidade.

¹⁸ Idealizada pelo filósofo e educador brasileiro Dermeval Saviani.

A matriz curricular e as oficinas ministradas são de acordo com os dez macrocampos estabelecidos pelo MEC, sendo arte, artesanato, teatro, xadrez, esporte, leitura, matemática e informática as principais oficinas. Quanto à alimentação são oferecidas três refeições: café da manhã, almoço e jantar; sendo que no intervalo entre as refeições é servido um lanche ou uma fruta.

Os profissionais que atuam no programa também são selecionados de acordo com a regulamentação federal. Para cada escola contemplada com o programa é destinado um professor comunitário, que é concursado pela rede municipal. As atividades nas oficinas são desenvolvidas por monitores alguns são professores (licenciados em pedagogia) concursados da rede municipal e a grande maioria são estagiários de licenciaturas relacionadas às oficinas como música, educação física, artes, informática e pedagogia. Esses estagiários são cedidos pelo Sesi que atua como parceiro do programa. É necessário destacar que o desenvolvimento do programa na escola está sob responsabilidade de toda a equipe pedagógica e da direção das escolas.

O programa foi implantado nas escolas municipais de Maringá sendo utilizado como parâmetro as notas do IDEB, apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. É importante observar que a média das notas do IDEB das séries iniciais de Maringá em 2009 era de 5,7, enquanto que a média estadual era de 5,3 e a Federal de 4,4. Por outro lado, as escolas selecionadas em 2009 não eram as de menores notas no IDEB municipal. Na tabela abaixo apresentamos as notas do IDEB's do ano de 2009 e de 2011, de nove das dez¹⁹ escolas que possuem o programa Mais Educação até o ano de 2011. Na tabela as escolas um (Escola Municipal Pioneira Mariana Vieira Dias) e dois (Escola Municipal Professora Nadyr M. Alegretti), são as pioneiras do programa em 2009 e as demais escolas iniciaram o programa em 2010.

Tabela 3 - IDEB das escolas municipais com o Programa Mais Educação de Maringá – 2009 e 2011.

ESCOLA	IDEB 2009	IDEB 2011
Escola 1	5.3	6.4

¹⁹ A décima escola que seria a Escola Municipal Silvino Fernandes Dias não foi encontrada na base de dados do INEP.

Escola 2	6.5	6.0
Escola 3	5.7	6.8
Escola 4	5.6	4.7
Escola 5	5.6	6.0
Escola 6	6.4	5.9
Escola 7	5.7	5.5
Escola 8	5.6	4.7
Escola 9	4.8	5.8

Fonte: INEP.

Diante dos dados da tabela 3, podemos observar que o programa ao ser implantado em Maringá, não teve como prioridade o baixo IDEB, conforme orientação do Programa Federal do Mais Educação, uma vez que o município possuía escolas com menores IDEB's. Por outro lado, de nove escolas contempladas com o programa, cinco escolas caíram os índices do IDEB no ano de 2011, em relação ao ano de 2009. Em alguns casos foi apontado como causa desta regressão de índices o próprio Programa Mais Educação, pela sua implementação sem a devida estrutura tanto da escola, como do corpo docente do quadro próprio do município, falta de espaços e materiais adequados para as oficinas, falta de objetivos bem definidos, sobrecarga de trabalho da equipe diretiva, entre outros.

Algumas considerações

Diante das discussões apresentadas nesse estudo, é possível destacar que as políticas educacionais se materializam através da gestão, que segundo Vieira:

As políticas que traduzem as intenções do Poder Público, ao serem transformadas em práticas se materializam na gestão. A gestão pública é integrada por três dimensões : o valor público, as condições de implementação e as condições políticas (2007, p. 58).

De acordo com as observações da pesquisadora em uma escola em que o programa era desenvolvido, pôde constatar que as condições de trabalho e de aprendizagem, sofre interferências primeiramente pelas condições físicas dos prédios escolares, que na maioria não suportam a quantidade de turmas, sendo obrigados a utilizar espaços alternativos como salas de aula em biblioteca, duas turmas em uma mesma sala, entre outros fatores; e concomitante a falta de docentes e/ou estagiários disponíveis para o trabalho com os alunos.

O professor pedagogo, bem como diretor e equipe pedagógica como um todo, tem como responsabilidade dentro da escola em tempo integral, de organizar o

ensino regular, organizar os trabalhos realizados no contraturno, para que elas se desenvolvam de forma que os alunos consigam aprender algo de significativo, fazendo com que a **educação integral** se efetive. Para isto se destina o professor comunitário em cada escola, que no caso do município de Maringá é o coordenador do Programa Mais Educação, que é um pedagogo nomeado com uma jornada de 40 horas semanais na escola.

A escola tenta se organizar da melhor maneira, para poder atender aos alunos que terão que ficar nestas condições em período integral nas escolas, mas com a quantidade insuficiente de funcionários e de espaço o aluno não é atendido nas orientações conforme objetivadas no Programa de Maringá. Outro fator a destacar é a falta de orientação e de formação que estes profissionais recebem para trabalhar com esta modalidade de ensino. Considerando que é uma modalidade que está sendo reapresentada a pouco tempo, seria necessário uma intensa formação para desenvolver com qualidade os objetivos desta modalidade de ensino .

A pesquisadora Viviane Rosa (2012), ao discutir o Programa Mais Educação aborda a questão da desresponsabilização do Estado que se dá através das parcerias entre Estado e Sociedade Civil:

As recentes propostas educacionais, inclusive as ligadas à Educação Integral no Brasil, principalmente o Programa Mais Educação que, aparentemente, poderiam significar maior atuação do Estado em seu papel de ampliar a educação formal, vêm mostrando certa desresponsabilização do Estado com a Educação Pública na medida em que apresenta novas funções para a escola, professores/as e sociedade civil. Sugere a ampliação dos espaços educativos, o incentivo ao voluntariado, desprofissionalizando a função do/a professor/a, prevendo a parceria público-privado e a gestão participativa da comunidade local (ROSA, 2012, p.10).

Esse eixo de desresponsabilização do Estado é histórico. Moreira e Lara (2012) apontam o apoio de parceiros do chamado terceiro setor por meio de programas de atendimento da primeira infância desde a década de 1960. Tal apoio se processa inicialmente por influência da atuação da UNESCO²⁰ e seguido pelos organismos multilaterais como Banco Mundial, CEPAL²¹.

²⁰ Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

²¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Rosa (2012) recupera no Programa Mais educação, a perspectiva de proposta de Gestão Democrática, onde todos os envolvidos no processo educacional têm participação ativa das etapas – planejamento, execução e fiscalização das ações da escola, o que permite estas parcerias propostas pelo programa.

Nesta direção Cavaliere defende que esta participação do setor privado, de organizações da sociedade civil e de outras instâncias da administração pública pode ser desejável e enriquecedora desde que:

[...] isso não signifique pulverização das ações e sim o fortalecimento da instituição escolar. Desde que não represente uma nova modalidade de privatização daquilo que deve, por determinação constitucional, ser público. Trata-se de analisar cada realidade, sem preconceitos, e encontrar as soluções viáveis e pertinentes (2007, p.1032).

Acreditamos que a medida que as políticas públicas não dão conta de atender com qualidade a educação fica sempre espaço para interferências de diferentes setores como é o caso da organização econômica de nossa sociedade.

Por fim, percebemos que a defesa da Educação Integral e em Tempo Integral, iniciada desde 1930 por Anísio Teixeira e pelos Pioneiros da Educação Nova se faz necessária até os dias atuais. Conscientes de que nesta luta deve-se considerar que, as políticas públicas educacionais do país, fazem parte de agendas que vão além dos interesses interno. Fazem parte de um contexto histórico e de organização da sociedade. Desse modo, entendemos que a defesa desta modalidade de ensino é também a defesa de uma educação pública e de qualidade para todos como consta desde 1988 em nossa Constituição Federal. Portanto a luta continua.

Em tempo de eleições municipais a maior parte dos candidatos a prefeito de Maringá tem incluída em seus planos de ações a Educação Integral. Ampliar o atendimento das escolas em tempo integral no município é o que mais marca o quesito educacional nos discursos dos candidatos. Como é uma política que vem “dando certo” em termos de aceitação social é amplamente defendida pelos candidatos, porém não se fala em melhoria do atendimento das escolas em tempo integral, e sim em ampliação do atendimento.

Diante das dificuldades apresentadas em relação a efetivação da educação integral somos provocados a refletir: os índices nem sempre representam a

realidade formativa, por outro lado demonstram o descaso das políticas públicas e de sua gestão com a educação. Assim, até quando manteremos em nosso país uma educação pública pautada na precariedade como é ofertada às nossas crianças de hoje?

REFERÊNCIAS

ARELARO, Lisete Regina Gomes. O ensino fundamental no Brasil: avanços, perplexidades e tendências. **Educação e Sociedade**, v.26, n.92, p.1039-1066, Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 Abr. 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 16 Nov, 2011.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Programa Mais Educação** – Passo a passo por Maria Eliane Santos, et al. Brasília: MEC – Secad., 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maieducacao.pdf>. Acesso em 28 out. 2011.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Série Mais Educação: Educação Integral**. – Brasília: MEC – Secad, 2009.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Série Mais Educação: Gestão Intersetorial no Território**. – Brasília: MEC – Secad., 2009.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Portal do MEC**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2011

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817> Acesso em: 15 Nov, 2011.

_____. **Lei 9.608 de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm>. Acesso em: 07 set. 2012.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 2007b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817> Acesso em: 15 Nov, 2011.

_____. Portaria Normativa Interministerial nº 19, de 24 de abril de 2007. Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte, com o objetivo de definir critérios visando a construção de quadras esportivas ou infraestrutura esportiva em espaços escolares. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 2007c. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14887&Itemid=817> Acesso em: 15 Nov, 2011.

_____. MEC. **Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. 104 p.

_____. MEC. **Redes de Aprendizagem**: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender. Brasília, DF: MEC, 2008. 103 p.

CARVALHO, Elma Júlia. **Políticas Públicas Educacionais no Brasil**. Maringá: Eduem, 2012.

CAVALIERE, Ana Maria Vilela. Educação Integral: uma nova Identidade para a Escola Brasileira? **Educação e sociedade**, Campinas, v.23, n.81, p.247-270, dez.2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 jan.2012.

_____. Tempo de Escola e qualidade na Educação Pública. **Educação e sociedade**, Campinas, v.28, n.100, p.1015-1035, out.2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan.2012.

_____. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1470/1219>>. Acesso em: 10 fev.2012.

_____. Anísio Teixeira e a educação integral. **Paidéia** (Ribeirão Preto) [online]. 2010, vol.20, n.46, pp. 249-259. < <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

CAVALIERE, Ana Maria ; MAURICIO, L. V. . Práticas de ampliação da jornada escolar no ensino fundamental: sobre modelos e realidades. In: **Anais 34 reunião Anual da ANPED**, 2011, Natal. Educação e justiça social. Natal : ANPED, 2011. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT13/GT13-163%20int.pdf>>. Acesso em :1 ago. 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o Mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.28,n.100,p.808-829, Out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 14 Abr. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado. **Educação e sociedade**, Campinas, v.24, n.82, p.93-130, abr.2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan.2012

FRANCISCO, Rosinéia dos Reis; LEANDRO, Selma Cristina. Escola em tempo integral: Uma breve retomada histórica e algumas perspectivas. **Maringá ensina**. Maringá, v.5, n.14, p.28-31, fev/mar/abr, 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas,2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS: INEP. Ideb 2009-2011. Disponível em: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 20 Jul. 2012.

MARINGÁ, Secretaria de Educação de. **Projeto Piloto do “Programa Mais Educação”**. Maringá, 2009.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. Disponível em: <<http://www.nt5.net.br/aulas/Manifesto%20de%201932%20e%201959.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

MOREIRA, Jani Aves da Silva e LARA, Angela Mara de Barros. **Políticas Públicas para a Educação Infantil no Brasil (1990 – 2001)**. Maringá: EDUEM, 2012.

PARO, Vitor Henrique; et al. A Escola Pública de Tempo Integral: Universalização do Ensino e Problemas Sociais. **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, v 65, p.11-20, 1988. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741988000200002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 30 jan.2012.

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA: PDDE. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas-dinheiro-direto-na-escola>>. Acesso em: 12 Set. 2012.

ROSA, Viviane Silva da. O Programa Mais Educação como Política Pública Nacional de Educação Integral. In: **IX ANPED SUL** – Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul, 2012, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

SANTOS, Magda. A abordagem das Políticas Públicas Educacionais para além da Relação Estado e Sociedade. In: **IX ANPED SUL** – Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul, 2012, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

VIEIRA, S. L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de política e administração da educação**. V. 23, n.1, p. 53-69, jan./abr., 2007.